



ISSN: 2595-5713

Vol. 2 | Nº. 4 | Ano 2019

André Victorino Mindoso

IDENTIDADES DIFERENCIADAS E IMAGINÁRIOS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: UMA INCURSÃO NA “QUESTÃO ALBINA”

DIFFERENTIATED IDENTITIES AND SOCIAL IMAGINARIES IN
MOZAMBIQUE: AN INCURSION IN THE “ALBINO ISSUE”

RESUMO: Apesar do estigma e os diferentes tipos de violência que os indivíduos com albinismo se encontram sujeitos em Moçambique, o estudo desta temática não tem ainda constituído tópico predileto de cientistas sociais do país. Tentando contribuir para o debate, este artigo propõe-se a analisar os imaginários sociais sobre o albinismo presentes na sociedade moçambicana, e que vêm refletidos na narrativa jornalística. Toma como suporte empírico alguns jornais produzidos e difundidos no país entre 2010 e 2019. A análise mostra que a questão albina tem sido apresentada evidenciando-se a sua dimensão de direitos humanos, dada a violência que indivíduos naquela situação têm passado. Ao mesmo tempo, tem-se construído um imaginário que colocam estrangeiros como sendo os motivadores dessa violência. Este tipo de imaginário, contudo, revela um processo de construção e reprodução de uma narrativa assente na ideia de “pureza nacional”, onde as causas da violência e estigmatização contra indivíduos com albinismo são atribuídas aos outros, quando elas estão profundamente enraizadas na sociedade moçambicana, à semelhança do que acontece nos demais países da África subsaariana.

Palavras-Chave: Albinismo; Identidades Diferenciadas; Imaginário Social.

ABSTRACT: Despite the fact that stigma and different types of violence affects individuals with albinism in Mozambique, the issue has not yet become relevant for local social scientists. Intending to contribute to the debate, the article analyzes the social imaginary about albinism in Mozambican society. Methodologically it is supported by a qualitative approach focusing at analyzing some local newspapers produced and disseminated in the country between 2010 and 2019. The results of the work show that the albino issue has been presented emphasizing its human rights dimension, given the violence that affects individuals in that condition. At same time, its believed that foreigner are those which promote such a violence. This kind of imaginary, the article concludes, reveals a process of constructing and reproducing of a “nation purity” narrative, where the causes of violence and stigmatization against individuals with albinism are attributed to others, when they are deeply rooted in Mozambican society in the same way that happens in the other countries of sub-Saharan Africa.

Site/Contato

Editor

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Key words: Albinism; Differentiated Identities; Social Imaginary.

IDENTIDADES DIFERENCIADAS E IMAGINÁRIOS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: UMA INCURSÃO NA “QUESTÃO ALBINA”

André Victorino Mindoso¹

A história recente de Moçambique, sobretudo no pós-independência, mostra um esforço das autoridades públicas em imaginarem politicamente um país que se afirmava pela negação da existência de particularismos identitários. Estava em causa a construção de um ideário de nação assente numa abordagem universalista e homogeneizante de cidadão (MINDOSO, 2012).² Este, contudo, tinha consequência na vida dos indivíduos, na medida em que contribuía para a negação do reconhecimento de minorias nacionais. Nesse sentido, referir-se a segmentos étnicos ou regionais nacionalmente sub-representados na vida política ou econômica do país significava entrar em choque com a abordagem universalizante que orientava a elite dirigente, e que era avessa aos particularismos identitários. Em outros termos, a forma como historicamente Moçambique se constituiu enquanto Estado, possibilitou a que se criasse aquilo que Pierre Bourdieu (2008) chama de espírito de Estado³, assente, no caso particular em análise, numa visão de mundo dominante em que os diferentes particularismos e suas narrativas identitárias não gozassem de maior visibilidade em detrimento de sua abordagem universalista. Este tipo de abordagem não se resume, como poderia se pensar, às representações e ações de instituições governamentais e estatais, mas também, na atuação de diferentes meios de produção de imaginários nacionais, incluindo a imprensa. Trata-se, essencialmente, daquilo que Appadurai (2009, p.45) designou de “medo ao pequeno número”, para metaforizar a aversão que se constrói nas sociedades às identidades diferenciadas.

É com base na discussão precedente que surgiu o nosso interesse em estudar a forma como a imprensa moçambicana contemporânea (que é produto e em parte produtora de um espírito de estado profundamente universalista) encara a questão da população albina. População esta que, apesar de não constituir um grupo racial, seu caráter diferencial em relação a seus contemporâneos, derivada de sua pigmentação, lhe deixa em alguns casos sujeitas a processos de estigmatização, privações e violência pelos seus pares. Cabe, antes de mais nada, compreendermos a situação de indivíduos com albinismo. Trata-se de uma condição genética

¹ Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Rovuma (Moçambique). Email: amindoso@hotmail.com. Declaro que este texto é totalmente inédito e não se encontra em processo de julgamento em nenhuma outra revista ou coletânea.

² Apesar de ter havido alguma redefinição desse ideário universalizante ao longo das últimas décadas, como demonstramos em outro trabalho (MINDOSO, 2018), este ainda continua sendo dominante em alguns contextos.

³ Com esta noção o autor refere-se às visões de mundo que os indivíduos, de uma forma direta ou indireta, assimilam em função de um processo de socialização coletivo catapultado, sobretudo, pelo sistema educativo. É esse processo que permite, por exemplo, que os indivíduos, apesar de suas diferenças, reconheçam os símbolos, as leis ou mesmo uma forma particular de ser e estar numa configuração nacional.

rara em que o indivíduo nasce com falta de melanina, substância responsável pela pigmentação da pele (PARKER; PARKER, 2007). É um problema que é visível a olho nu, especialmente em indivíduos negros, na medida em que a coloração de sua pele, assim como a dos cabelos e pêlos, difere profundamente daquilo que é peculiar a seu grupo racial, conferindo-os uma tonalidade muito mais clara. Embora não haja dados disponíveis sobre o tamanho da população com albinismo em Moçambique, certamente que a mesma não estará longe do padrão da região austral do continente, onde se estima que 1 em cada 4000 indivíduos tenha albinismo.⁴

A ocorrência do albinismo, contudo, não se reflete unicamente na pigmentação dos indivíduos. Ela pode trazer consequências para a sua saúde. Com efeito, a falta ou escassez de melanina no organismo do indivíduo, como sugerem estudos (entre eles vide, LUND; GAIGHER, 2002), o torna vulnerável a desenvolver doenças relacionadas com a pele, notadamente o cancro. Os mesmos também estão propensos a sofrer disfunções na visão. Nisso, para manterem sua saúde, indivíduos com albinismo são fortemente recomendados a usarem protetores solares, roupas que cubram maior parte do corpo, chapéus de abas largas, assim como óculos de sol. O princípio por detrás dessa recomendação é o de que aqueles devem evitar ao máximo a exposição aos raios solares. Esta particularidade biológica ou genética do indivíduo com albinismo, contudo, agrava-se para aqueles residentes em regiões de clima tropical, como é o caso de Moçambique e os demais países da África subsaariana, onde a presença de sol intenso é uma regra.

Como podemos notar, até aqui nossa argumentação leva a enfatizar a ideia de que o albinismo é uma questão biológica, na medida em que o que lhe caracteriza é a ausência de um componente genético (a melanina) que leva a que os indivíduos logo à nascença desenvolvam aquela condição. E que, para minimizar danos à sua saúde, os mesmos são fortemente recomendados a terem menor exposição ao sol.

Mas, a questão albina supera essa condição biológica e genética. Ela nos oferece matizes para que, de algum modo, possamos compreender processos sociais mais complexos, sobretudo no tocante à forma como os indivíduos com albinismo se encontram inseridos em sociedades africanas. A esse respeito, Braathen e Ingstad (2006), analisando o significado que os malauianos atribuem a indivíduos com albinismo naquele país, mostram que, dada à tonalidade clara de sua pele, aqueles têm passado por um processo de estigmatização, sendo classificados como *azungu* (brancos), embora sem os mesmos privilégios econômicos e sociais que normalmente os outros brancos (ocidentais) têm desfrutado em sociedades africanas. Cruz-Inigo *et al.* (2011), por seu lado, e a partir de evidências de diferentes estudos, mostra a situação de discriminação de

⁴ Esta estimativa é feita em função de levantamentos feitos tanto no Zimbábue quanto na África do Sul (Lund citado, entre outros, por BRAATHEN; INGSTAD, 2006).

indivíduos com albinismo no mercado de trabalho. Indica, por exemplo, que pelo fato de terem fobia ao sol, indivíduos com albinismo têm-se visto preteridos pelos empregadores, considerando-os pouco aptos para desempenharem atividades ao sol. Acontecendo o mesmo pelo fato daqueles serem tidos como indivíduos que têm uma expectativa de vida reduzida, quando comparados com os não-albinos; bem como pela sua aparência física, considerada pelos imaginários locais como sendo contagiosa. Finalmente, e em decorrência de um estudo realizado no Zimbábue e África do Sul, Charlotte Backer *et al.* (2010) defendem que é por causa de mitos e crenças que se criam em torno de indivíduos com albinismo, desde a sua nascença, que este segmento da população não se encontra devidamente integrado na sociedade. Trata-se de mitos e crenças que sugerem que indivíduos naquela situação sejam filhos de “maus espíritos”, e que esta é uma condição contagiosa. Daí o estigma que eles passam no cotidiano, indicam os autores. Isto leva a que estes se vejam discriminados e excluídos do acesso à escola, emprego, transporte e a outros serviços que impliquem contacto com os demais integrantes da sociedade.

Embora não retirados da realidade moçambicana, e sim da de países vizinhos do país, os exemplos acima apresentados são suficientes para elucidar que pela condição de sua identidade diferenciada, os demais integrantes da sociedade podem criar e difundir representações sobre indivíduos com albinismo, as quais podem ter influência no grau de sua inserção social. Ou seja, a questão albina é não apenas biológica/genética, ela é também social, e, como tal, passível de ser estudada sob as diferentes perspectivas das ciências sociais. Para fins deste trabalho, e visando fazer uma incursão ainda exploratória da temática, tomamos a imprensa escrita moçambicana como locus a partir do qual poderíamos “captar” algumas das interpretações presentes no imaginário da sociedade sobre a questão albina, o que reflete, parcialmente, a situação por que este segmento da população moçambicana tem passado na contemporaneidade.

Pudemos identificar tal imaginário por meio da análise de algumas publicações feitas por jornais do país, no período que vai de 2010 a 2019. Trata-se de jornais eletrônicos como o **Ikweli**, **O País** e **@Verdade**. Ao analisá-los, o nosso intuito não era o de identificar a forma peculiar como cada um deles, em função de sua linha editorial ou inserção nacional, encara a questão albina. Ao contrário, o que orientou nosso trabalho foi, tão só, identificar como todos eles apresentam a questão albina e, dessa forma, percebermos os imaginários dominantes existentes no país sobre a situação dos indivíduos naquela situação. Esta opção metodológica afigurou-se importante, na medida em que, como considera Legros *et al.* (2007), todos os meios que apresentem suas narrativas de forma escrita ou iconográfica, constituem fontes importantes que possibilitam descortinar imaginários orientados ou orientadores de práticas em uma determinada sociedade. No caso em alusão, imaginários sociais presentes na imprensa escrita moçambicana sobre a questão albina. Nosso argumento é o de que, para além das crenças

presentes no cotidiano da sociedade moçambicana que têm levado a que indivíduos com albinismo passem por situações de estigma e violência frequentes, existe um espírito de Estado, o qual reflete certa ideia de pureza nacional, e que está presente também na imprensa escrita. O mesmo se assenta, como veremos ao longo do artigo, na ideia de que a violência contra aqueles é motivada pelos “outros”, especialmente os estrangeiros.

Com vista a desenvolvermos o argumento colocado, estruturamos o artigo da seguinte forma. Para além desta introdução, o artigo apresenta três seções. Na primeira delas, e tendo em vista enquadrar teoricamente a questão em estudo, ocupamo-nos em discutir a construção de imaginários sociais em Moçambique a partir do processo de produção de crenças. Em seguida analisamos a forma como a questão albina aparece noticiada em jornais locais, onde, como veremos, é enfatizada a ideia de que estes têm sido alvo de violência em decorrência da sua condição identitária. Na terceira e última seção mostramos a forma como no imaginário local tem sido construída uma “narrativa oficial”, visando explicar a ocorrência da violência contra indivíduos com albinismo e a deterioração da moral coletiva.

Das “crenças anômicas” às violências, teorizando a questão albina em Moçambique

Empreender um esforço que vise teorizar a questão albina em Moçambique afigura-se uma tarefa nada fácil. Isto pelo fato de se tratar de uma temática que pouco interesse tem despertado aos cientistas sociais locais, não apenas dos moçambicanos como também os do continente africano. Nesse sentido, Burke *et al.* (2014) em seu balanço da literatura sobre a questão, em âmbito continental, constata que maior parte de estudos a respeito caracteriza-se por enfatizar a dimensão genética e epidemiológica do albinismo. Apesar dessa fraca disponibilidade de estudos no âmbito das ciências sociais, alguns trabalhos refletindo contextos como os da África do Sul, Zimbábue, Malawi e Tanzânia encontram-se disponíveis, sobretudo em publicações eletrônicas, os quais já apresentamos brevemente na parte introdutória deste artigo.⁵

Assumindo a escassez de literatura especializada que discuta a “questão albina”, uma análise de processos coletivos de construção de imaginários e crenças na realidade moçambicana se fez necessária. Nesse sentido, não poderíamos passar ao lado do trabalho de Carlos Serra (1997; 2003; 2012a; 2012b). Este autor é, provavelmente, o cientista social moçambicano que mais se dedicou ao estudo de imaginários e crenças sociais no país, as quais denominou por crenças anônimas de massas. No seu entender, estas se caracterizam por serem imaginários surgidos de forma esporádica, não se conhecendo seus autores reais e que se espalham em forma

⁵ Curiosamente, parte significativa dessas pesquisas tem sido desencadeadas por pesquisadores sediados fora do continente, especialmente em universidades ocidentais.

de boato, de tal sorte que os indivíduos especialmente de meios sociais pobres a vivenciam como sendo real. Crenças estas que lhes levanta certa ira a ponto de, em alguns casos, empreenderem ações de violência contra os demais, considerados culpados da situação de anomalia que vivenciam. O autor teoriza o processo de produção dessas crenças e a conseqüente ação violenta de indivíduos contra aqueles que definem como os responsáveis de sua situação anômala a partir de três principais fenômenos ocorridos entre as décadas de 1990 e 2000, nas províncias da Zambézia e Nampula.

No primeiro caso, Serra (1997) mostrou que indivíduos, geralmente pobres, acreditavam que as autoridades públicas, dado o suposto desdém que tinham deles, tendiam a introduzir enormes seringas em suas habitações quando estes se encontrassem a dormir, e lhes sugavam o sangue. No entender do autor, esses indivíduos acreditavam que as autoridades locais praticavam o “chupa sanguismo”, uma espécie de vampirismo de Estado para com as populações pobres. Situação esta que levava a que populações de regiões rurais da Zambézia agissem de forma violenta, inclusive atacando aqueles que julgavam serem a fonte do problema, designadamente, as autoridades públicas locais.

O segundo exemplo ilustrado por Serra (2003) tem a ver com a propagação da cólera em Nampula. O autor mostra que alguns moradores daquela província acreditavam que a causa da propagação da doença que ali se vivia à época era decorrente da ação do governo quando este introduzia cloro na água que consumiam. Ou seja, a ação das autoridades locais de saúde visando a purificação da água para o consumo das populações era vista por estas como sendo a causadora da doença. Eles subjetivamente acreditavam, nota Serra, que tal ação governamental nada mais visava senão a eliminação dos pobres. Estes, por sua vez, e supostamente em defesa de suas vidas, atacavam os agentes de saúde, assim como a polícia, julgando serem estes responsáveis pelas mortes que a cólera estava a causar nas comunidades.

Um último exemplo de crenças anônimas de massas, ilustrado pelo autor, e que gostaríamos de apresentar aqui, aconteceu na já citada província da Zambézia. Trata-se da crença que caracterizava algumas populações camponesas que dependiam da chuva para irrigação de seus campos de cultivo. Mostra Serra (2012a) que, quando a chuva não caísse com a regularidade que as populações desejassem, estas tendiam a apontar o dedo acusador àqueles que detinham localmente uma condição de vida estável (os poderosos), incluindo as autoridades da região. Acreditavam que fosse o desejo de tais poderosos o de vê-los continuarem naquela situação, ou mesmo que perecessem. Em outros termos, essas populações pobres rurais acreditavam que os poderosos é que “amarravam a chuva” com a clara intenção de perpetuá-los na situação de pobreza. A conseqüência desta crença, indica Serra, era a de que essas populações vissem nos ditos poderosos locais, assim como as autoridades públicas, como sendo os

causadores de seu infortúnio e, como tal, justificava-se empreenderem ações violentas contra aqueles.

Ao procurar conferir uma explicação sociologicamente aceitável para os fenômenos que ocorriam tanto na Zambézia quanto em Nampula, Serra (2003; 2012a; 2012b) começa por considerar que apesar das referidas crenças caracterizarem imaginários de populações rurais com baixa escolarização, não se deve olhar a ignorância como sendo o fator determinante que justificasse a aceitação acrítica das mesmas e a conseqüente empreitada violenta contra os supostos causadores de seus males. Defende o autor que tais crenças – que no seu entender já existiam no passado colonial – foram se tornando frequentes e ganharam maior visibilidade em decorrência das crescentes desigualdades sociais que vinham caracterizando a sociedade moçambicana, sobretudo no pós-1990, período este onde se assistia a uma crescente liberalização da vida econômica e social do país. Nesse sentido, conclui o autor, as populações que se vissem cada vez mais encurraladas com a situação de pobreza, ao contrário de seus vizinhos que supostamente “prosperavam” (os privilegiados), passaram a identificá-los como sendo os causadores de seu infortúnio:

[...] o que os pobres das zonas rurais estão a dizer é que sabem ver e sentir as assimetrias, as desigualdades sociais, que sabem observar que uns vivem bem, que não lhes falta a comida, que a chuva lhes é presente, que a cólera os poupa; e que outros, a maior parte, vivem mal, que lhes falta a comida, que a chuva emigrou deles, que a cólera os mata. É esta realidade que é expressa através de duas alegorias (a da chuva e a do cloro), é esse problema real que está embrulhado e disfarçado pelo envelope do bizarro e do ilógico (SERRA, 2012a, p.135).

Esta proposição de Serra, contudo, carece de ser reformulada para melhor compreendermos o seu alcance explicativo. É certo que o autor constrói sua teoria a partir da experiência de pesquisa empírica que teve em meios rurais, de onde chegou à conclusão de que o fato de que os indivíduos fossem diferentemente afetados pela pobreza fazia com que os que mais a sentissem passassem a produzir, difundir e acreditar em crenças nas quais viam nos outros como responsáveis pela sua situação. A nossa preocupação quanto a esta colocação do autor é a de que a ocorrência das referidas crenças não se limita ao meio rural. Elas também podem e são observadas em meios urbanos do país.

Com efeito, o próprio autor, em outro contexto (SERRA, 2012b), mostrou, por exemplo, aquilo que considerou ser a crença da existência de um “papão nigeriano” que muito preocupava indivíduos residentes em meios urbanos do país. No seu entender, existiam rumores que indicavam a existência no imaginário social, especialmente na Beira e Maputo, a crença de que alguns indivíduos estrangeiros, representados pela figura do nigeriano, eram causadores de

anomalias. Indivíduos estes que de alguma forma detinham uma posição social privilegiada, dado serem em sua maioria comerciantes e detentores de um estilo de vida diferente do normal das populações dos bairros em que residiam. Eles eram vistos, considera Serra, como sendo os causadores de diferentes tipos de males aos seus vizinhos pobres, desde a transmissão de vermes (doenças) às mulheres, várias práticas de feitiçaria, tráfico de seres humanos, entre outros. Ou seja, assim como acontecia no meio rural – com as crenças no chupa-sanguismo, na existência de “amarradores da chuva” ou mesmo a propagação da cólera pelo cloro – algumas populações do meio urbano acreditavam e difundiam rumores de que existiam indivíduos poderosos de nacionalidade estrangeira que eram causadores de diferentes males às populações pobres e indefesas:

Esse fabuloso carro [símbolo de riqueza] cujas características exactas ninguém conhece – mas que muitos de nós afirmarão conhecer -, é, afinal, em mais uma hipótese uma alegoria para expressar o estatuto sinuoso, ambíguo, dos poderosos, para exprimir todos aqueles que constroem a sua riqueza com a desgraça dos pobres. A sua natureza de estrangeiro é exemplar pelo facto de remeter simbolicamente para o exterior a corrosão do tecido social interno. O rumor do bicho-papão-nigeriano é um indicador de desigualdades sociais. Os vermes que é suposto ele espalhar são os arautos da desgraça social (SERRA, 2012b, p.115).

Em suma, podemos afirmar que a contribuição de Serra no concernente ao processo de construção de crenças anómicas, sugere uma aversão dos pobres (os normais da comunidade) em relação as autoridades públicas e aos ditos poderosos locais (os supostamente portadores de atributos diferenciados). Essa aversão é feita por meio da criação de boatos e rumores hostis contra eles, por acreditarem serem estes os causadores de seus infortúnios e nisso, ocasionalmente empreendem ações violentas. Apesar desta proposta explicativa do autor não dizer respeito à questão albina, a qual nos interessa, julgamos que a racionalidade nela presente constitui um marco importante para compreendermos o processo de construção de imaginários sociais em Moçambique, e, dessa forma, construirmos algumas hipóteses de trabalho para, embora parcialmente, analisarmos a questão albina.

O primeiro elemento a ser retido é o de que a condição diferenciada do indivíduo na sua comunidade, isto é, a sua identidade diferenciada em relação aos demais, pode levar a que estes últimos construam uma imagem negativa ou positiva sobre si, dependendo do contexto e situação em particular. Quando esta imagem é negativa, no caso do indivíduo com albinismo, é-lhe atribuído atributos que remetam a ideia de que o mesmo é a causa da deterioração moral da comunidade, recaindo sobre ele ações de discriminação e estigmatização, incluindo violência física (GOFFMAN, 2008). Ao mesmo tempo, acrescentamos – a avaliação positiva da identidade diferenciada do indivíduo com albinismo, em relação aos demais (não-albinos), pôde levar a que

ele seja visto como a “solução” dos problemas que afetam a comunidade. Tal posituação (às vezes dotadas de justificativas extra-humanas) pode igualmente levar à emergência de crenças em certos sectores da sociedade fundadas na ideia de que as partes do corpo do indivíduo com albinismo sejam úteis para a solução dos mesmos. Tendo lugar numa sociedade em que o mercado passa a se constituir em elemento mediador das relações sociais, essa posituação da identidade diferenciada do indivíduo com albinismo passa a ganhar valor de troca a ponto de se ignorar a sua dignidade humana (BURKE et al, 2014).

Pode-se afirmar, desse modo, que a identidade dos indivíduos com albinismo tende a ser ambivalente: ao mesmo tempo em que lhe é socialmente conferida certa negatividade e estigma por determinados sectores da sociedade, em outros momentos ela se vê positivada na medida em que é vista como recurso para determinada finalidade “desejável”. Tanto uma quanto outra tendência presente no imaginário social local, contudo, acabam por se configurar, em alguns casos, em reações extremas que tem levado à violência contra indivíduos que apenas se diferenciam dos demais pela sua condição albina. O segundo e último aspecto importante a ser tomado em consideração, e inspirado na proposta de Serra, é a ideia de que no processo de construção de crenças anômicas em Moçambique, o estrangeiro à comunidade local, ou nacional, tende a ser apresentado como sendo o responsável pela deterioração das relações sociais. Para o caso particular da questão albina, onde são reportadas ações violentas contra indivíduos naquela situação, imaginários de pureza nacional são criados deixando a ideia de que os responsáveis por tais atos são indivíduos estranhos à comunidade nacional, são estrangeiros ou nacionais com ligações a eles. Neste caso em particular, tem sido os malauianos e tanzanianos tidos como os principais responsáveis pela violência contra indivíduos com albinismo e, conseqüentemente, os supostos deterioradores da moral coletiva nacional. É com base nos dois pressupostos acima apresentados que nos propomos seguidamente analisar e interpretar a questão albina em Moçambique, dando enfoque à forma como a imprensa local, enquanto dispositivo de construção e difusão de imaginários, a apresenta.

A questão albina como domínio dos direitos humanos

Um dado importante a ser tomado em consideração inicialmente, nesta parte do artigo, é o fato de que a imprensa moçambicana se orienta por uma tendência de colocar a questão albina como um problema de direitos humanos. Com efeito, quase todas as reportagens e peças noticiosas analisadas foram produzidas e difundidas na sequência de algum evento de rapto, assassinato ou desaparecimento de indivíduos com albinismo, sendo apresentada a situação como trágica e amoral. Nessas narrativas jornalísticas as principais fontes de informação têm

sido as autoridades públicas, designadamente os agentes policiais e procuradores. Estes, na qualidade de agentes do Estado, tendem a mostrar o seu comprometimento com a perseguição dos criminosos e a conseqüente responsabilização criminal dos mesmos. Esta dimensão criminal, que remete a questão albina a uma abordagem dos direitos humanos, fica evidente nos extratos abaixo apresentados:

O rapto e assassinato de pessoas com falta de pigmentação da pele, conhecidas como albinas, continua sendo um crime que tira sossego aos cidadãos de Nampula, sobretudo as vítimas e seus parentes. (...). Foi em 2015 que a prática criminosa atingiu o seu pico no país, observando-se uma constante violação dos direitos humanos das pessoas albinas, incluindo o assassinato (violação do maior direito) e tráfico de partes dos corpos das vítimas (LUTXEQUE, 2019). O recrudescimento dos crimes de rapto e tráfico de pessoas com falta de pigmentação da pele, vulgo albinos, preocupa a Procuradoria Geral da República (PGR) que se via satisfeita pela calma registada recentemente. (...). Segundo a fonte, o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) ainda está a investigar os dois casos, sendo que para o caso de Larde ainda não há indiciados, enquanto que para o caso de Murrupula três indivíduos já foram constituídos arguidos e estão sob custódia policial (MANUEL, 2019).

Um mesmo tipo de abordagem criminal, incluindo a sua dimensão moralizante, tem sido feita àqueles indivíduos que tendem a violar túmulos de indivíduos com albinismo já falecidos com o intuito de coletarem as suas ossadas, orientados pela crença de que os mesmos têm valor de troca em determinado mercado. Este ato, que tem sido apresentado na imprensa como ética e moralmente inaceitável, é igualmente apresentado como crime, punível por lei e que tanto a polícia quanto os procuradores têm incitado iniciativas visando à captura e acusação dos referidos criminosos:

Treze indivíduos estão sob custódia policial, no Comando Distrital de Milange, província da Zambézia, indiciados de envolvimento em crimes de profanação de túmulos, tráfico de pessoas albinas [...]. Segundo o retrato descrito pelos supostos criminosos, o seu envolvimento nos crimes surge na sequência de convites feitos por amigos, na promessa de receberem elevadas quantias de dinheiro, que chegam a atingir um milhão de meticais para cada indivíduo. No entanto, alguns envolvidos citados pela Rádio Moçambique (RM), emissora pública, disseram-se arrependidos e enganados pelos amigos, ora foragidos, que os arrastaram para a prática desses crimes. “Fui enganado por um amigo. Saímos juntos e fomos ao cemitério. Aí tirámos o crânio e foi assim que me agarraram. O meu amigo encontra-se ainda em parte incerta”, declarou à RM um dos indiciados. “Não sei de nada. Os meus amigos vieram ter comigo e disseram que tinham um negócio. Eu saí à procura da minha mulher e fui pegue, desde lá fiquei preso”, afirmou outro detido (JORNAL O PAÍS, 2019).

Fica claro, a partir do trecho acima, que mesmo já falecidos, indivíduos com albinismo têm sido alvo de uma interpretação por certos setores da sociedade que vê a sua identidade diferenciada como portadora de alguma “utilidade”, e por via disso, estarem propensos a serem

raptados, assassinados ou mesmo terem seus túmulos profanados. As peças noticiosas trazem outro aspecto que chamou a nossa atenção. É o fato de estas indicarem o perfil das vítimas da violência e as circunstâncias da sua ocorrência. Elas mostram que as referidas vítimas têm sido tanto do sexo masculino quanto as do feminino, muitas vezes crianças e adolescentes:

Uma criança do sexo masculino, de apenas três anos de idade, com problemas de pigmentação da pele, foi raptada por pessoas ainda não identificadas, após introduzirem-se na residência da mãe, na passada sexta-feira (28), no distrito de Angónia, na província de Tete, informou o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM). [...]. É o primeiro episódio do género que ocorre este ano em Tete, onde, entre 2015 e 2016, foram reportados vários casos de rapto e assassinato de albinos. Trata-se de um crime que abalou o país inteiro e ocorria com maior incidência em Nampula (JORNAL VERDADE, 2017).

O rapto do menor, cuja identidade não apuramos, ocorreu entre a noite e a madrugada do dia 28 de Fevereiro último, na região de Pacone, Posto Administrativo de Mutuali, e os protagonistas são três indivíduos que, também, desconhecemos as suas identidades. Segundo nossas fontes na região, os três indivíduos teriam iniciado com uma sondagem para perceber com quem vivia o menor, tendo constado que o mesmo estava na noite daquele dia apenas com a sua avó, uma idosa, o que fez com que os malfeitores aproveitassem da fragilidade da anciã e arrombassem as portas. De acordo com as nossas fontes, a idosa não conseguiu distinguir as pessoas que raptaram o seu neto, mas o certo é que sabe falar que eram três homens (LUTXEQUE, 2019).

A província de Nampula volta a registar casos de desaparecimento e assassinato de albinos. São dois casos ocorridos até aqui, sendo que o primeiro aconteceu em Março, a vítima é um menor de seis anos de idade que está desaparecido. O segundo caso aconteceu este mês (Maio), no distrito de Murrupula, a vítima é uma menor de 11 anos, que foi raptada e de seguida morta, tendo seus membros amputados (MACHAVA, 24 de Maio 2019).

Uma criança de um ano de idade, que sofre de albinismo, foi roubada por pessoas ainda não identificadas, na semana finda, no distrito de Mecanhelas, província do Niassa. Um cidadão está detido por se suspeitar que tem alguma conexão com os presumíveis criminosos. Uma criança de um ano de idade, que sofre de albinismo, foi roubada por pessoas ainda não identificadas, na semana finda, no distrito de Mecanhelas, província do Niassa. Um cidadão está detido por se suspeitar que tem alguma conexão com os presumíveis criminosos. O roubo do miúdo aconteceu à noite, no povoado de Maico, quando ele estava a dormir junto da sua mãe. Não é a primeira vez que um caso similar acontece naquele ponto de Moçambique, e as restantes ocorrências ainda não foram esclarecidas pelas autoridades policiais e da justiça. (...) Em Janeiro deste ano, no Niassa, *um miúdo de sete anos* de idade, também que sofre de albinismo, foi roubado por quatro indivíduos desconhecidos, depois de arrombaram a porta de casa onde a vítima estava com a família, a dormir. O caso deu-se no distrito de Ngaúma. Nunca mais se soube, publicamente, se o rapaz foi ou não resgatado, nem se os raptadores foram detidos (JORNAL VERDADE, 2017).

Resumindo o que vem sendo discutido nesta seção, fica claro que a imprensa moçambicana aqui analisada toma a questão albina como um problema de direitos humanos e que a violência dirigida a indivíduos com albinismo constitui um forte golpe à moral coletiva a ponto de deixarem as autoridades públicas empenhadas em encontrar e punir os criminosos por detrás desses atos. E, esse sentimento agudiza-se pelo fato de muitas das vítimas serem crianças e adoles-

centes. É importante, contudo, contextualizarmos a relevância do âmbito dos direitos humanos que a questão albina ocupa. No entender de Burke *et al.* (2014) imaginários sobre indivíduos com albinismos já estavam presentes não apenas em países africanos, como também nos demais, dado o fato destes terem características físicas peculiares, diferentes do normal de seu grupo de pertença racial. Nesse sentido, por exemplo, continuam os autores, desde tempos idos já havia processos de sacrifício de crianças que nascessem com albinismo, estigmatização e até violência contra indivíduos naquela condição.

O que acontece atualmente, indica Burke *et al.*, é que dada a recorrentes mortes, raptos e amputações de pessoas com albinismo acontecidos no continente africano, e que ganhou maior visibilidade e midiaticização na década de 2000, os organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), passaram a encarar esses atos como crimes contra a humanidade. Isto fez com que a violência contra a população albina, embora já tivesse raízes históricas, passasse a gozar de uma atenção especial. Os Estados passaram a ver a questão albina como tendo um lugar importante e que era sua responsabilidade criarem mecanismos de proteção desse grupo de cidadãos que se diferenciava dos demais pela sua condição ao mesmo tempo genética e social.

As crenças “anômicas”, identidades diferenciadas e a coisificação da vida

Demonstramos, na seção anterior, que a forma como a imprensa moçambicana tem representado indivíduos com albinismo, coloca-os como vítimas de violência e que a mesma se configura um atentado à moral coletiva e, conseqüentemente, um problema da seara dos direitos humanos. Notamos, contudo, que em paralelo a esse tipo de abordagem, uma outra surge, e que tem a ver com a forma como a violência contra esse segmento da população moçambicana tem sido explicada. Os dados empíricos tomados para esta parte do artigo indicam, exatamente, as representações presentes tanto naquilo que os próprios jornalistas deixam transparecer em sua narrativa quanto as percepções de suas principais fontes noticiosas, designadamente, as autoridades públicas (agentes policiais e procuradores):

Desde os anos 1990 que a região Norte do país, Nampula em particular, virou um [lugar] perigoso para pessoas portadoras de albinismo. Crenças supersticiosas de que partes do corpo dos albinos ajuda na cura de doenças e/ou dá sorte, alimentou o fenómeno de “caça” aos albinos, sendo que Tanzânia e Malawi são tidos como os destinatários dos órgãos ou ossadas de albinos para fins de feitiçaria (MACHAVA, 2019).

A perseguição aos albinos é baseada na crença de que partes do corpo do albino podem transmitir poderes mágicos. Tal superstição é especialmente presente na região dos Grandes Lagos e tem sido promovida e explorada por médicos tradicionais e outros que usam essas partes em ingredientes, rituais e poções, alegando que irão trazer prosperidade ao usuário (JORNAL O PAÍS, 2018).

É particularmente revelador o depoimento de um curandeiro condenado a uma pena de 40 anos de prisão por ter participado no rapto e assassinato de um indivíduo com albinismo em Nampula:

Trata-se de um curandeiro que terá sido contactado por um homem identificado por Evaristo, inicialmente para supostamente o tratar a hérnia de que padecia. “Disse que foi mandado com o patrão dele. Não conheço esse tal patrão dele. Não sei se é moçambicano ou estrangeiro porque não lhe vi”. Todavia, aliciado por um valor total de dez milhões de meticais para uma divisão a cinco, o curandeiro trocou a medicina tradicional pelo crime e ajudou a carregar o corpo do albino, depois de ter sido executado por Evaristo em plena via pública, por volta das 17 horas do dia 16 de Setembro de 2015. A ideia era enterrar o corpo numa mata para depois da decomposição exumarem as ossadas para alimentar o negócio obscuro que vinca em muitas tradições, sobretudo nos países vizinhos onde se acredita que um tratamento mágico com partes do corpo de um albino ajuda a dar sorte na vida, enriquecimento ou outro tipo de curas. Essas crenças estão tão enraizadas que só no Estabelecimento Penitenciário Regional de Nampula soubemos que há outros condenados em quatro processos a penas que variam de 22 a 38 anos de prisão de consumação e tentativa de venda de partes do corpo de pessoas com albinismo. “Temos até casos de parentes que cortaram cabelo do filho e entregaram alguém para procurar clientes”, confidenciou-nos um agente da guarda prisional que [foi] destacado pela direcção daquela cadeia para acompanhar a nossa presença no dia da entrevista com os dois reclusos (JORNAL O PAÍS, 2019).

Os dados colocados nos trechos jornalísticos acima indicam alguns aspectos importantes a se tomarem em consideração na análise da questão albina no imaginário da sociedade moçambicana. Trata-se, em primeiro lugar, do fato de a violência e raptos de indivíduos com albinismo, supostamente, serem tidos como motivados por “crenças obscuras” que sugerem que partes do corpo de albinos constituem elementos importantes na criação de poções mágicas visando à melhoria da condição financeira e de saúde daquele que se sente necessitado. Este fato coincide com aquele que identificamos nos estudos previamente discutidos neste artigo. Com efeito, ao se falar de crenças obscuras está-se a subentender um desconhecimento que as populações denotam em relação à identidade diferenciada do indivíduo com albinismo. É nesse sentido que Cruz-Inigo *et al.* (2011) analisando a situação de sociedades da África subsaariana, defende a ideia de que para que se eliminasse a violência contra aqueles era necessário que se apostasse na educação das populações, sobretudo as do meio rural, onde no seu entender esse fato ocorre com maior frequência.

Acontece que explicar as crenças em torno da violência contra indivíduos com albinismo, recorrendo à falta de educação (ignorância) das populações não é de todo pacífico. E aqui a colocação de Serra (2003; 2012a; 2012b) sobre o processo de produção de crenças em Moçambique afigura-se importante. O autor defende que a ignorância está longe de entrar na equação para a explicação desse processo. No seu entender, são as condições sociais

(especialmente desfavoráveis) que são subjetivamente sentidas pelos indivíduos, o que lhes leva a acreditar em rumores e boatos que aos olhos dos demais pode parecer infundado. Nesse caso em particular, acreditamos, ao sentirem que as suas condições materiais e até de saúde precisam ser melhoradas, os indivíduos procuram encontrar respostas a curto prazo atacando, para isso, aqueles que a nível local são socialmente percebidos em alguns círculos (curandeiros e não só) como tendo atributos extra-humanos. Pelos extratos dos jornais acima apresentados, fica claro que indivíduos com identidades diferenciadas, os albinos, passam a ser vistos como uma fonte de “salvação”, mesmo que isso implique colocar em causa sua integridade física.

Um segundo elemento relevante nesse imaginário, presente, sobretudo na narrativa das autoridades públicas e secundada pelo da imprensa aqui analisada, é o de que essas crenças tendem a ganhar espaço em Moçambique por causa da mão de cidadãos estrangeiros, especialmente daqueles provenientes da região dos Grandes Lagos, incluindo Tanzânia e Malawi. Esses locais são tidos como hospedeiros de curandeiros que encaram as partes do corpo de indivíduos com albinismo como detentoras de valor curativo, ou mesmo de poder de enriquecimento. Em outros termos, fica a ideia de que os promotores de raptos e violência contra indivíduos com albinismo são os estrangeiros, aqueles que supostamente colocam em causa a moral coletiva nacional por via de práticas desumanas.

Esta forma de se explicar a violência contra indivíduos com albinismo, presente tanto na narrativa jornalística quanto na de agentes do Estado, contudo, ignora ou pelo menos minimiza o fato dessas crenças também estarem enraizadas na sociedade moçambicana, que os indivíduos com albinismo ao longo da história do país têm passado por cenários de violência, discriminação e privações. Um exemplo eloquente a esse respeito é o que nos foi contado por Tomás António⁶, um homem atualmente com sessenta anos de idade e que fala sobre como indivíduos com albinismo eram tratados no passado, em seu povoado algures na província de Nampula:

Naquele tempo, quando eu ainda era criança, a situação de pessoas albinas era muito má. Acreditava-se que os albinos traziam má sorte. Por isso, se houvesse pessoas com albinismo as mesmas eram separadas de outras pessoas. Como não havia coragem de tirar a vida as pessoas que nasciam naquela situação, elas eram levadas a uma montanha perto do povoado, onde havia uma gruta. As crianças eram abandonadas naquela gruta e nunca mais eram vistas na comunidade (ANTÓNIO, 2019).

Uma das explicações que existe para essa prevalência de imaginários sobre a população albina, e que em alguns casos culmina na violência contra os mesmos, é a de que a presença de grupos ou segmentos populacionais com identidades diferenciadas numa dada sociedade, pode levar a que os mesmos sejam constituídos como bodes expiatórios, considerados responsáveis

pelos males sociais ou eventos anómalos que possam estar a acontecer (APPADURAI, 2009). Retomando a ideia de crenças anômicas de massas desenvolvida por Serra, e que já tivemos oportunidade de apresentá-la neste texto, fica claro que à medida que as comunidades sentissem ameaçadas ou a sua condição de pobreza aumentando, elas tendiam a desenvolver crenças segundo as quais certos grupos da sociedade eram responsáveis pelo sucedido, eram constituídos como bodes expiatórios e assistia-se a uma onda de violência contra os mesmos. Esta, como já indicamos anteriormente, era uma situação que já se verificava no passado, contudo, com a crescente monetarização da vida, não apenas em Moçambique, algumas identidades diferenciadas, mais do que estigmatizadas, estão a ser ‘coisificadas’, sendo-lhes atribuídas uma utilidade e um valor de troca.

Está em causa, como se pode notar, um processo de reconfiguração do significado que em alguns contextos se atribuíam aos indivíduos com albinismo, saindo estes de uma situação de privações e estigmatização para outra, de mercantilização de sua identidade diferenciada. Esta abordagem explica, por exemplo, o depoimento acima colocado segundo o qual, havia pais que cortavam os cabelos de seus filhos com albinismo e punham à disponibilidade de possíveis compradores dos mesmos. Nessa nova configuração da identidade albina, contudo, e como já indicamos acima, cidadãos estrangeiros têm sido apresentados pela narrativa “oficial” como os compradores de órgãos e partes do corpo de indivíduos naquela situação. Eles são encarados, pensando com Serra (2012b), como sendo os poderosos que prosperam à custa da moral local, os que aos olhos do imaginário das autoridades públicas, bem como nos da imprensa, contribuem para a degradação da sociedade moçambicana.

Considerações finais

Em jeito de fecho desta incursão exploratória na questão albina em Moçambique, julgamos ser pertinente afirmar que o imaginário social presente na imprensa do país, assumindo quase que totalmente a narrativa do Estado, a coloca como sendo uma realidade do âmbito dos direitos humanos, dada a violência que este segmento da população tem passado no seu cotidiano. E que esta violência acontece porque alguns nacionais, influenciados por estrangeiros, passam a ver partes do corpo de indivíduos com albinismo como sendo úteis para a produção de poções mágicas visando o enriquecimento ou cura de doenças. Esta narrativa, como se vê, encerra a ideia de uma certa pureza nacional, sugerindo que a violência contra indivíduos naquela condição decorre da ação dos “outros”, os estrangeiros.

⁶ Nome fictício. Conversa tida em 28 de jul. de 2019, na cidade de Nampula.

Uma análise mais cuidada dessa questão, contudo, indica-nos que independentemente da influência de estrangeiros, muitas vezes colocados como bodes expiatórios pelas autoridades públicas, os indivíduos com albinismo sempre estiveram propensos a diferentes tipos de violência em Moçambique. E que a mesma decorre de sua identidade diferenciada, num contexto onde historicamente os seus atributos têm sido avaliados pelo imaginário local de forma ambígua. Por um lado, a referida identidade tem sido interpretada como aquela que causa males às comunidades, que deve ser evitada; por outro lado, e, sobretudo mais contemporaneamente, a identidade diferenciada de indivíduos com albinismo tem sido encarada como tendo potencial de proporcionar prosperidade material e cura de doenças.

Estes tipos de avaliação, contudo, têm em comum o fato de coisificarem a vida de indivíduos naquela situação, encarando-os como meios para que se alcance determinado fim, e que a equação da violência muitas das vezes se vê presente. Pensamos que esta tentativa de incursão na questão albina, embora que ainda exploratória, poderá contribuir, ou no mínimo mostrar a necessidade de uma agenda de pesquisa a nível nacional a qual possibilite uma melhor compreensão dos processos de produção de crenças e imaginários sociais, e como eles influem na vida de indivíduos com identidades diferenciadas aos mais diferentes níveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BACKER, C. *et al.* The myths surrounding people with albinism in South Africa and Zimbabwe. **Journal of African Cultural Studies**, v.22, n. 2, p.169–181, 2010.

BOURDIEU, P. Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: ____ (Org.) **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiros, 2008, p. 91-124.

BRAATHEN, H.; INGSTAD, B. Albinism in Malawi: knowledge and beliefs from an African setting. **Disability & Society**, v. 21, n.6, p. 599-611, 2006.

BURKE, J. *et al.* Media analysis of albino killing in Tanzania: a social work and human rights perspective. **Ethics and Social Welfare**, v.2, n.8, p. 117-134, 2014.

CRUZ-INIGO, A. E. *et al.* Albinism in Africa: stigma, slaughter and awareness campaigns. **Dermatol Clinical**, n. 29, p. 79–87, 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LEGROS, P. *et al.* “Interpretações do Imaginário”. In: _____. (Org.). **Sociologia do Imaginário**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007, p. 110-184.

LUND, P. M.; GAIGHER, R. A. health intervention programme for children with albinism at a special school in South Africa. **Health Education Research: theory and practice**, v.17, n.3, p. 365-372, 2002.

MINDOSO, A. V. **A construção simbólica da nação nos livros escolares no Moçambique pós-colonial-1975-1990**. 138p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MINDOSO, A. V. Transformações sociais e a metamorfose do ideário de indivíduo na narrativa da nação moçambicana do pós-independência. **Revista Áfricas**, v.5, n.9, p. 89-116, 2018.

PARKER, J.; PARKER P. **Oculocutaneous albinism: a bibliography and dictionary for physicians, patients, and genome researchers**. ICON Group International, Inc., 2007.

SERRA, C. A chuva presa ao céu. In: _____. (Org.). **Chaves das Portas do Social: notas de reflexão e pesquisa**. Maputo: Imprensa Universitária, 2012(a), p.124-135.

SERRA, C. O papão ‘nigeriano’ que deixa vermes nas mulheres de Maputo. In: _____. (Org.). **Chaves das Portas do Social: notas de reflexão e pesquisa**. Maputo: Imprensa Universitária, 2012 (b), p.109-116.

SERRA, C. **Cólera e Catarse**. Maputo: Imprensa Universitária, 2003.

SERRA, C. **Novos combates pela mentalidade sociológica**. Maputo: Livraria Universitária, 1997.

ENTREVISTAS

ANTÓNIO, T. **Entrevista individual**. Cidade de Tete, 28 de jul. 2019.

DOCUMENTOS

LUTXEQUE, S. Albinos voltam a ter dias difíceis em Nampula. **Ikweli**, Nampula, 05 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.ikweli.co.mz/2019/03/05/albinos-voltam-a-ter-dias-dificeis-em-nampula/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MACHAVA, R. Nampula registou dois casos de desaparecimento e assassinato de Albinos este ano. **O País**, Maputo, 24 de maio de 2019. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/nampula-registou-dois-casos-de-desaparecimento-e-assassinato-de-albinos-este-ano> Acesso em: 20 jul. 2019.

MANUEL, C. Rapto de albinos preocupa a PGR. **Ikweli**, Nampula, 28 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.ikweli.co.mz/2019/05/28/o-recrudescimento-do-rapto-de-albinos-preocupa-a-pgr/> Acesso em: 20 jul. 2019.

Albinos alvos de raptos e assassinatos em Nampula. **Jornal O País**, Maputo, 18 de jun. de 2019. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/albinos-alvos-de-raptos-e-assassinatos-em-nampula>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Desapareceu há quatro anos em Nampula e ainda não há pistas. **Jornal O País**, Maputo, 02 de set. de 2018. Disponível: <http://opais.sapo.mz/desapareceu-ha-quatro-anos-em-nampula-e-ainda-nao-ha-pistas>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Treze detidos por profanação de cadáveres de albinos e calvos. **Jornal O País**, Maputo, 31 jul. 2019. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/treze-detidos-por-profanacao-de-cadaveres-de-albinos-e-calvos-> Acesso em: 20 jul. 2019.

Criança albina raptada em Tete. **Jornal Verdade**, Nampula, 03 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/nacional/62003-crianca-albina-raptada-em-tete>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Desconhecidos roubam mais uma criança albina no Niassa. **Jornal Verdade**, Nampula, 12 de out. de 2017. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/nacional/63668-desconhecidos-roubam-mais-uma-crianca-albina-no-niassa>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Recebido em: 20/02/2019

Aprovado em: 30/08/2019